



# Prevenção do feminicídio: estratégias em três eixos

Maria Eduarda Lavocat

Nos últimos anos, Sergipe tem registrado queda no número de feminicídios. Segundo dados da Coordenadoria da Mulher do Tribunal de Justiça de Sergipe (CM/TJSE), foram registrados 20 casos em 2021, 19 no ano seguinte, 16 em 2023 e, até o dia 7 deste mês, 10 casos. Essa redução significativa reflete os esforços de diversos projetos implementados pela instituição, especialmente no biênio 2023/2025. Criada em 2011, a Coordenadoria intensificou suas ações a partir do ano passado, sob a gestão da juíza Jumara Porto Pinheiro. Desde então, as iniciativas passaram a se estruturar em três eixos principais: atendimento e acolhimento às mulheres vítimas de violência, prevenção com foco na reeducação e formação de homens, e ações voltadas à inclusão de crianças e adolescentes como agentes de transformação social.

“A Coordenadoria já realizava serviços relevantes no que diz respeito à celeridade processual e à educação preventiva, mas percebemos a necessidade de cuidar ainda mais dessas vítimas”, afirma a magistrada.

No aspecto do cuidado com a mulher, o primeiro passo foi a implementação dos Centros de Referência de Atendimento à Mulher (CRAMs) em diversos municípios do estado. “Antes existiam apenas os CRAS (Centros de Referência de Assistência Social) e o CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social), equipamentos frequentados por todos. Isso dificultava as denúncias, pois nesses locais havia o risco de a mulher encontrar vizinhos ou até mesmo o próprio agressor, o que a deixava ainda mais insegura. Por isso, nosso primeiro passo foi implementar os CRAMs, conforme previsto na Lei Maria da Penha”, explica Jumara.

Além disso, passaram a ser fomentados cursos profissionalizantes para qualificar e dar independência às mulheres. “Percebemos que não bastava apenas atender as mulheres. Era necessário acolhê-las e ajudá-las a sair do ciclo de violência, o que muitas vezes envolvia dependências financeiras e psicológicas”, complementa. Assim, cursos de capacitação alinhados à economia local passaram a ser oferecidos em todas as cidades por



meio de convênios firmados com o Senac.

A Coordenadoria da Mulher também mantém parcerias com instituições governamentais e não governamentais, possibilitando a oferta de serviços especializados para mulheres em situação de violência. Entre as iniciativas, destacam-se a implementação das Patrulhas Maria da Penha nos municípios e a cooperação com faculdades para oferecer atendimento psicológico. Outras ações, como os projetos Gestabel e Elas, focam no atendimento médico psiquiátrico, enquanto o Projeto Reconstruir-se realiza cirurgias reparadoras para vítimas que sofreram sequelas de violência, sem qualquer

custo para elas.

Além do cuidado com as mulheres, a Coordenadoria implementou o projeto Repensando Masculinidades, com o objetivo de habilitar profissionais para conduzir grupos reflexivos com homens autores de violência. A iniciativa também busca estabelecer parcerias com gestores municipais, juízes e instituições de ensino superior para viabilizar a criação desses grupos em diversas cidades. Atualmente, Sergipe conta com 14 grupos reflexivos em funcionamento.

De acordo com Jumara, a educação masculina é essencial no enfrentamento à violência doméstica, pois aborda as causas

estruturais do problema e promove mudanças nas percepções culturais que sustentam a violência de gênero. “Os grupos reflexivos para homens são ferramentas poderosas de proteção. Estatísticas mostram que menos de 2% dos participantes voltam a cometer agressões contra mulheres”, destaca a juíza.

No eixo de prevenção por meio da conscientização de crianças e adolescentes, destaca-se o programa “Matemática do Amor”, que mobiliza a comunidade escolar com palestras sobre relacionamentos abusivos e violência doméstica. O objetivo é alertar os jovens sobre as diversas formas de violência, promovendo uma educação transformadora. Jumara enfatiza que conscientizar crianças e adolescentes sobre a violência contra a mulher é crucial para a mudança cultural necessária à redução dos índices de violência doméstica.

Um exemplo marcante desse trabalho surgiu em uma escola pública localizada em um bairro com altos índices de violência. Com o apoio do órgão, estudantes desenvolveram a cartilha “Um Grito de Alerta”, que aborda a violência doméstica em uma linguagem acessível e direta, voltada para o público jovem. O material foi criado por meninos e meninas que convivem com essa realidade em seus próprios lares, dando voz às experiências vividas por eles.

“Esse projeto é o meu queridinho, e faço questão de ir pessoalmente a todas as escolas. Trabalhar com violência exige ir até os municípios, viver o dia a dia e compreender a realidade das pessoas”, relata a juíza. “Tem sido uma troca extremamente enriquecedora, especialmente no interior, onde muitas crianças enfrentam a violência diariamente e convivem com pais agressores.”

Jumara acredita que, com mobilização e dedicação, é possível transformar essa realidade. “Quando colocamos o coração nesse movimento contra a violência, conseguimos mudar as coisas. E os resultados já estão aparecendo: houve um aumento significativo no número de medidas protetivas. Até o final de novembro, mais de seis mil pedidos foram registrados no estado, comparados aos quatro mil do ano anterior. Isso mostra que as mulheres estão confiando no Judiciário, o que é essencial para garantir proteção. Pesquisas indicam que mulheres sem qualquer medida protetiva estão em maior risco, então fortalecer esse suporte é vital”, conclui.